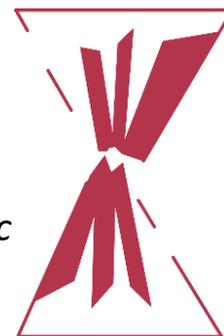


***Revoltas escravas no Atlântico Revolucionário: “uma guerra afro-atlântica”***

***Slave revolts in the Revolutionary Atlantic: “an Afro-Atlantic war”***



REIS, Arthur Harder\*

 <https://orcid.org/0000-0002-2044-7729>

**BROWN, Vincent. Uma guerra afro-atlântica: a Revolta de Tacky e a resistência negra no Caribe. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.**

*Recebido em: 05/06/2024*  
*Aprovado em: 08/11/2024*

*Tacky’s Revolt: The Story of an Atlantic Slave War*, de Vincent Brown<sup>1</sup>, chega ao Brasil após quatro anos de sua publicação original, com o título *Uma guerra afro-atlântica: a Revolta de Tacky e a resistência negra no Caribe*. Tradução essa alongada, mas fiel ao proposto por Brown em seu trabalho, a saber: o estudo do que chama de “Guerra Coromanti” na Jamaica em 1760-61.

Nesse contexto, a obra ora analisada foi objeto recente de resenha da edição em inglês, publicada na *Revista História* por Arthur Carrega (2023). Em seu texto, há uma descrição suficiente do livro de Brown, acompanhando o autor capítulo por capítulo<sup>2</sup>, apresentando e resumindo do início ao fim a estrutura e a história escrita. Nossa intenção,

---

\* Graduado em História pela UFRGS, Porto Alegre-RS, licenciando em Pedagogia pela UNIVESP, São Paulo-SP, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UNIFESP, Guarulhos-SP. Professor Titular de História na Prefeitura de São Paulo. E-mail: arthur.harder@unifesp.br.

<sup>1</sup> Conforme a orelha do livro: “Vincent Brown leciona história americana e estudos africanos e afro-americanos em Harvard. Sua pesquisa se concentra na história atlântica, na diáspora africana e na escravidão nas Américas. Mais sobre o autor pode ser visto em: <https://scholar.harvard.edu/vbrown>.”

<sup>2</sup> A saber, o livro está dividido em cinco capítulos, para além do Prólogo e Epílogo, quais sejam: “Prólogo: Antecedentes da Barricada dos Rebeldes”, “Império de guerras”, “Território Coromanti”, “A Revolta de Tacky”, “A Guerra Coromanti”, “Rotas de Reverberação” e, por fim, “Epílogo: A era da guerra dos escravizados”.



nessa perspectiva, é mais dialógica e crítica. Não pretendemos apresentar o conteúdo *per se* de *Uma guerra afro-atlântica* de modo mais demorado, o que o leitor interessado pode consultar na resenha citada. Propomos uma reflexão da obra a partir de uma perspectiva mais centrada nas contribuições que, sob a nossa análise, a publicação oferece aos estudiosos da resistência escrava e da história atlântica.

Além disso, nosso foco estará em apresentar, nas limitações de uma resenha, em três aspectos: a) a ideia de *revolta* enquanto guerra e suas possíveis implicações para o estudo da rebeldia no Brasil; b) a ênfase dada à geografia enquanto forma e instrumento de análise para compreensão dos movimentos dos escravos na Jamaica em 1760-61 e ulteriores; c) a Guerra Coromanti como parte da teia de eventos da Era das Revoluções no mundo atlântico.

Ao analisar, logo no Prólogo, a “maior rebelião de escravizados africanos do Império Britânico no século XVIII” ocorrida na Jamaica entre os anos de 1760 e 1761, Vincent Brown sugere uma interessante conceituação do que podemos pensar por revolta no rol das variadas formas de resistência postas a cabo pelos escravizados (Brown, 2024, p. 9). Seu ponto de partida está na percepção de um escravizado, Olaudah Equiano, que, quando livre e já escritor, afirmou que a escravidão era algo como um “estado permanente de guerra de baixa intensidade”. Dessa forma, a revolta pode ser compreendida conforme:

atos de resistência à escravidão costumam ser vistos como uma única sequência contínua: numa ponta da luta pela liberdade estão as afirmações diárias de vontade independente e de volição, como fazer corpo mole nos campos, quebrar ferramentas ou furtar coisas dos senhores, enquanto na outra ponta ficam levantes violentos como as revoltas encabeçadas por Tacky e Apongo. Há algum valor em ver essas insurreições como diferentes em escala, mas não em espécie, das recusas menos dramáticas à autoridade do proprietário de escravos; essa visão permite compreender a variedade e a consistência da oposição dos escravizados a seus senhores. Ao mesmo tempo, porém, é concepção muito reducionista. Mascara a complexidade das grandes revoltas, tenta esconder as múltiplas aspirações dos rebeldes, confina a disputa a lugares circunscritos e exclui perguntas importantes sobre planejamento, estratégia, táticas e reivindicações de território — as mesmas perguntas que levantamos sobre as guerras (Brown, 2024, p. 14).

Para o autor, a noção de “revolta” apresenta uma especificidade em relação aos outros atos de resistência à escravidão. Pondera, é verdade, que a visão muitas vezes corrente e amplamente aceita, responsável por situar desde o corpo mole até a revolta coletiva e de larga escala em um único *continuum*, nos permite compreender as variadas

formas de resistência – a qual se demonstrou positiva, sobretudo ao ampliar a forma como entendemos as diferentes maneiras pelas quais os escravizados enfrentavam a escravidão. Ao mesmo tempo, entretanto, (talvez) nos impeçam de conceber cuidadosamente a revolta como algo marcadamente diferente ou, melhor dito, de natureza e intenção muito específicas e particulares. Nesse ínterim, podemos pôr em diálogo a posição de Vincent Brown face a historiografia, o que, aliás, nos ajuda a mergulhar na linha argumentativa (ao nosso ver, provocativa e original) desenvolvida pelo autor.

Ademais, vale questionar: como a noção de *revolta escrava* tem sido posta pela historiografia? Para João José Reis: “[a] revolta coletiva representou a forma mais radical de contestação da escravidão”, ainda que nem “toda revolta almejasse a destruição do regime escravocrata”, uma vez que “muitas buscaram apenas corrigir excessos de tirania senhorial, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos - às vezes a reconquista de ganhos [...] - ou punindo feitores e senhores particularmente tirânicos” (Reis, 2018, p. 392). Ainda segundo João José Reis, agora em texto coescrito com Flávio Gomes, revolta é vista como “[...] apenas aquela manifestação coletiva dos escravos – não importando sua dimensão – com vistas a romper através da força a rotina da produção de bens e serviços senhoriais, muitas vezes, mas nem sempre, em busca da liberdade completa” (Reis, Gomes, 2021, p. 12). Já para Eugene Genovese, em *Da rebelião à revolução*, “a pergunta aparentemente muito simples” (o que é uma revolta escrava?), “tem uma resposta que se impõe: trata-se de uma luta pela liberdade” (Genovese, 1983, p. 25). Complementa: “engloba outras respostas que nos levam à compreensão do caráter especial de determinadas revoltas e do processo histórico em cujo âmbito ocorreram” (Genovese, 1983, p. 25).

Nessa perspectiva comparada, vê-se que o livro de Brown ao associar revolta com guerra sugere um entendimento original desses movimentos, mais próximo de Genovese. Para melhor ilustrar esse argumento, sua força e limitação, podemos pensar o caso da Revolta do Engenho de Santana, em que escravizados escreveram um tratado com suas reclamações para Manuel da Silva Ferreira, em Ilhéus na Bahia em 1789 (Schwartz, 1977). Na historiografia, tradicionalmente esse episódio é narrado como “rebelião”, “revolta” e “insurreição”. Podemos testar as proposições de Brown em torno dessa revolta (como assim é chamada consensualmente) ao questionarmos se ela pode ser vista como *guerra* ao mesmo tempo em que os cativos levantados, no tratado citado acima, escreveram que “[...]”

queremos paz e não queremos guerra; se meu senhor também quiser nossa paz há de ser nessa conformidade” (Schwartz, 1977, p. 80). Dessa forma, seria válido ver esse evento a partir das perguntas que fazemos quando estudamos as guerras conforme Brown sugere na citação acima? Ou, nesse caso, seria uma forma de resistência que não poderia ser chamada de *revolta* (como a entende o professor da *Harvard University*) pela razão dos escravizados “não quererem guerra”?

Essas problematizações feitas a partir de *Uma guerra afro-atlântica* podem se desdobrar em outras reflexões e análises, nesse sentido, apenas apresentadas. Ainda que tendo por objeto as revoltas jamaicanas de 1760-61, essas proposições podem ajudar a ampliar o debate e informar outras reflexões em torno das muitas revoltas que pululavam nas Américas durante a Era das Revoluções. Essa posição, nos parece, é um dos pontos mais interessantes da análise de Vincent Brown, evidenciada ao defender que:

ver a revolta como uma guerra, como a viam seus combatentes, ajuda a descobrir ligações e dinâmicas que indicam muito mais do que a insubordinação e a provocação da resistência escrava. A luta ia muito além dos limites das *plantations*, das colônias ou dos Estados — abrangia e integrava regiões inteiras. Assim como nascia da violência inerente e diária da escravidão nas *plantations*, ela era sustentada pelo militarismo imperial e por transformações mais amplas no comércio, na governança e no pertencimento cultural. Era mais do que uma explosão local, mais do que uma continuação da experiência anterior, e envolvia um elenco de personagens muito maior e mais diversificado do que os estudos de resistência normalmente apresentam. Era um tipo de acontecimento mais bem narrado como história de guerra (Brown, 2024, p. 16).

Abre-se, portanto, um leque de possibilidades orientadas pela percepção de que as revoltas podem ser lidas e estudadas pela ótica e por perguntas – intencionalidades, táticas, estratégias, etc. – que, tradicionalmente, informam os estudos em torno das guerras - embora nem sempre, como vimos com o Engenho de Santana, essa operação conceitual seja fácil.

Essa perspectiva teórica, relaciona-se com a ênfase dada pelo autor na geografia do conflito. Nos capítulos subsequentes ao Prólogo até o Epílogo, os aspectos geográficos aparecem com frequência. Nesse sentido, basicamente nas circulações concretas que os agentes da revolta vivenciaram entre os mais diferentes espaços e lugares, que em variadas medidas ajudaram a formar suas identidades e seus modos de agir e de interpretar o mundo. Essas múltiplas geografias e espaços cruzados, se traduzem eloquentemente em

*Wager* (nome europeu) ou *Apongo* (nome de matriz africana), líder de um dos movimentos da Guerra Coromanti, já que foi chefe militar na Costa do Ouro, também marinheiro na Marinha Britânica e escravizado em *Westmoreland*, Jamaica (experiências na Europa, África e Américas vividas por uma só pessoa, líder dos cativos revoltados). Ademais, materializam-se também nas táticas adotadas nos conflitos, seja por parte dos revoltosos ou das forças da repressão - na Jamaica, por exemplo, muitos soldados do Exército britânico beneficiaram-se da experiência adquirida em combates anteriores na Costa do Ouro, na África, ou em Guadalupe, na América Central, para o enfrentamento dos Coromanti em *St. Mary* ou *Westmoreland*.

Portanto, em *Uma guerra afro-atlântica*, os espaços não eram apenas palcos por onde os acontecimentos se desenrolaram, pelo contrário, os próprios “palcos/lugares” imbricavam-se com o curso dos eventos, não sendo “locais passivos”, mas antes fatores decisivos para determinadas ações. Os espaços nos quais os envolvidos viveram e vieram, os espaços que encontraram e que pensavam transformar, são peças fundamentais:

Em vez de deixar que limites imperiais ou nacionais estabelecessem sua imaginação espacial, povos subjugados vinculavam seus próprios agrupamentos de várias maneiras, criando geografias distintas, cruzadas e rivais. E essas geografias rivais formavam o território de guerras interligadas. [...] A guerra transatlântica ressaltou esse fenômeno, mostrando que o espaço geográfico refletia complicadas linhas de contenção política através de um vasto teatro de acontecimentos (Brown, 2024, p. 43-44).

Os lugares emergem, na história apresentada por Brown, enquanto *caminhos*. Por um lado, *históricos*: nos quais os escravizados (como no caso de *Apongo*), senhores e militares concretamente passavam, viviam e formavam suas visões de mundo; por outro lado, *historiográficos*, como forma de compreendermos as vivências e as experiências dos sujeitos a partir dos lugares pelos quais passaram.

Em sociedades coloniais atlânticas e não raros políglotas, as experiências e interconexões vividas por sujeitos em espaços variados, manifestaram-se nas formas em que resistiam e que reprimiram. Nesse contexto, há certa concordância, vale lembrar, com os argumentos defendidos por Luiz Felipe de Alencastro (2000) em *O Trato dos Viventes*, obra que, assim como no livro agora resenhado, insiste na compreensão das geografias envolvidas com a escravidão atlântica e com as vivências e as experiências nas várias margens do Atlântico impactam as ações e as decisões dos senhores, dos traficantes, dos

escravizados, dos comerciantes, etc. Em resumo, nos parece que o livro de Brown possui méritos por não perder de vista a conexão própria do mundo, onde colônias e impérios ultramarinos existiam, entre variados lugares e a formação da experiência dos sujeitos.

Ademais, lembremos que essa geografia também corrobora a outra posição assumida por Brown. No Epílogo, defende que a Guerra Coromanti (nome mais apropriado do que acabou cristalizando-se como “Revolta de Tacky”), insere-se na teia dos eventos que conforma a Era das Revoluções<sup>3</sup>. Ainda que recuada no tempo (16 anos antes da Revolução Americana e 31 da de São Domingos), os efeitos ou as “*Rotas de reverberação*” (título do sexto capítulo), cravaram desdobramentos importantes nos processos históricos muito característicos dessa era revolucionária, sobretudo, no que tange à história do Império Britânico - antecipando e iniciando tendências que seriam cada vez mais constantes nas colônias britânicas, como as revoltas escravas de significativas proporções (Geggus, 1989). Para Vincent Brown:

As campanhas custaram caro aos colonos e investidores da Jamaica obrigando-os a fazer significativas mudanças políticas que alteraram os mecanismos do Império Britânico. Se Tacky, Apongo e Simon não prefiguram a insurreição iminente nas colônias norte-americanas da Grã-Bretanha em 1776, sua revolta no coração comercial e estratégico da América inglesa fortaleceu a determinação dos líderes políticos metropolitanos, para os quais a Guerra dos Sete Anos tinha no geral comprovado a necessidade de uma política colonial mais centralizada e mais extrativa - uma política que ajudou a provocar a Revolução Americana. Igualmente importante, a rebelião levou o Parlamento a considerar a melhoria das condições da escravidão nas Antilhas durante as últimas décadas do século XVIII — num processo que começou a corroer as prerrogativas da plutocracia —, o que por sua vez iniciou uma série em cascata de intervenções metropolitanas na administração da escravidão colonial, conduzindo em última análise à abolição do comércio de escravos e à emancipação dos escravizados (Brown, 2024, p. 314-315).

Aceitar a posição de Brown nos permitirá, dessa forma, ampliar a compreensão do papel dos escravizados e da África na Era das Revoluções, uma vez que a Guerra Coromanti

---

<sup>3</sup> Postura essa bem interessante, posto que como o próprio autor reconhece, essa perspectiva caminha na contramão da historiografia do ciclo de revoltas escravas caribenhas no final do século XVIII. Afinal, “as guerras coromantis que moldaram a era não se encaixam perfeitamente na narrativa predominante do surgimento e do avanço da liberdade liberal. São obscurecidas pelas consequências muito maiores das revoluções americana e haitiana, que parecem falar mais diretamente à história ocidental da liberdade. Pelo que sabemos, os coromantis não se basearam em ideias iluministas que animaram revolucionários britânicos e franceses, nem criaram um Estado internacionalmente reconhecido. Por essa razão, mesmo os mais bem documentados participantes das guerras de escravizados da Jamaica continuam pouco conhecidos” (Brown, 2024, p. 327).

passaria a fazer parte de modo mais efetivo da leitura desse processo histórico que agitou o mundo atlântico, incorporando cada vez mais os ecos que vinham da África.

Por fim, procuramos destacar alguns dos elementos que, ao nosso ver e nos limites de uma resenha, representam contribuições para o debate em torno das revoltas escravas e da história atlântica na Era das Revoluções, oferecidos pelo livro de Vincent Brown. Uma publicação atenta aos debates de seu tempo, alinhada com as discussões em torno dos campos da História Global e a/da História Conectada (ainda que assim não se assuma), sugere uma rede de conexões, geografias próprias e histórias muito mais ligadas à Guerra Coromanti do que apenas um evento situado e isolado apenas nas páginas da história da Jamaica.

## Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BROWN, Vincent. *Uma guerra afro-atlântica: a Revolta de Tacky e a resistência negra no Caribe*. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

CARREGA, Arthur Daltin. Estado de Guerra perpétuo: os conflitos de escravos que atravessaram o Atlântico. *Revista de História*, São Paulo, n. 182, p. 1–9, 2023.

GEGGUS, David. The French and Haitian Revolutions, and resistance to slavery in the Americas: an overview. *Revue française d'histoire d'outre-mer*, Paris, v. 76, n. 282-283, p. 107-124, 1989

GENOVESE, Eugene. *Da Rebelião à Revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas*. São Paulo: Global, 1983.

REIS, João José. Revoltas escravas. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REIS, João José; GOMES, Flávio. Introdução - um guia para a revolta escrava. In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (orgs.). *Revoltas escravas no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SCHWARTZ, Stuart. Resistance and accommodation in eighteenth-century Brazil: the slaves' view of slavery. *Hispanic American Historical Review*, v. 57, n. 1, p. 69-81, 1977.